



Índice

- 01** [Indígena comete suicídio em Porto Real do Colégio](#)
- 02** [Com cantos e danças, Yawanawás celebram união do povo no II Mariri](#)
- 03** [Urnas do século 8 são achadas no AM](#)
- 04** [Inkra reconhece terras de quilombolas em Vitória da Conquista \(BA\)](#)
- 05** [Vendramini pergunta sobre conflito indígena; Reinaldo diz que Estado tem que ser 'juiz'](#)
- 06** [Conselheira Federal lança livro sobre biopirataria e povos indígenas nesta segunda](#)
- 07** [Campus indígena no Surumu](#)
- 08** [Indígenas invadem propriedade rural na divisa de Terra Roxa e Guaíra](#)
- 09** [Filmes indígenas são tema de mostra em São Paulo](#)
- 10** [II Seminário Infância Criança Indígena](#)
- 11** [Projeto promove a coleta de 3,5 mil litros de óleo de copaíba](#)
- 12** [Remanescentes quilombolas de Campo Alegre, em Paranã, são ameaçados por homens armados em disputa por suas terras](#)
- 13** [Aos 86 anos, morre padre Mário, criador de 16 comunidades e do Cimi](#)
- 14** [Grupo ocupa Incra de Araguaína \(TO\) para pressionar pelo cumprimento de acordos por parte do Instituto](#)



- 15** Nota Pública do CIR sobre a Atenção à Saúde Indígena
- 16** União: Produtores rurais resistem e impedem invasão de propriedade por índios no Paraná
- 17** Ocas dos Jogos Indígenas podem virar atração turística em Belém
- 18** Roraima apresenta redução no número de casos neste primeiro semestre
- 19** Mestranda em Desenvolvimento Local pesquisa visibilidade de mulheres indígenas
- 20** CONANDA apura suicídios de índios adolescentes
- 21** Ricardo Ventura Santos, pesquisador da ENSP/Fiocruz, fala sobre Políticas Públicas e Povos Indígenas no Brasil
- 22** "Pré-estreia do filme 'Matem...os outros' causa polêmica: Ativistas do Coletivo Terra Vermelha fazem protesto em frente ao MARCO devido ao conteúdo racista do média-metragem"
- 23** México: Povo de Chiapas acusa Estado de proteger paramilitares e pede indenização por danos
- 24** Centenas de pessoas denunciam os impactos dos megaprojetos no ES
- 25** Aécio defende inclusão de Estados na demarcação de áreas indígenas
- 26** Indígenas desocupam fazenda em Terra Roxa
- 27** Ato de apoio à população indígena do Morro dos Cavalos
- 28** Índios guarani ameaçam jornalista no oeste do Paraná
- 29** Campesinos e quilombolas ocupam sede do Incra pelo cumprimento de



Boletim de Notícias - Edição nº 144 / 2014

Brasília, 19 de agosto de 2014.

[compromissos](#)

30 [Eldorado sediará feira de troca de sementes quilombolas](#)



Indígena comete suicídio em Porto Real do Colégio

SÍTIO AQUI ACONTECE, 18.08.2014

Mais um caso de suicídio foi registrado no interior de Alagoas. Desta vez, um índio da aldeia Cariri Xocó tirou a própria vida por enforcamento na manhã do último domingo (19) em Porto Real do Colégio.

De acordo com as informações policiais, era por volta das 7 horas da manhã, quando os familiares de Jailson Santos Souza, de 44 anos, encontraram seu corpo já sem vida dentro de uma residência na tribo.

Ainda segundo a polícia, o índio teria se enforcado na madrugada do domingo. A família da vítima não sabe qual o motivo dque o levou a se matar. Isso porque não existia motivos para tal fato.

O cadáver de Jailson foi conduzido por uma equipe do Instituto Médico Legal (IML) para a sede do órgão, em Arapiraca, onde foi submetido à necropsia antes de ser liberado para sepultamento. O caso será investigado.

por Redação



Com cantos e danças, Yawanawás celebram união do povo no II Mariri
SÍTIO G1, 18.08.2014

O II Mariri Yawanawá foi realizado entre 10 e 15 de agosto. G1 acompanhou dois dias do festival indígena da aldeia Mutum.

Em um terreiro próximo ao rio, sob um lua quase cheia que iluminava a escuridão da floresta, os representantes do povo Yawanawá celebravam a união do seu povo, que por seis anos ficaram divididos por divergências internas. O encontro ocorreu na Aldeia Mutum, localizado na Terra Indígena do Rio Gregório, próximo à cidade de Tarauacá (AC), durante o II Mariri Yawanawá, realizado entre 10 e 15 de agosto. O G1 participou de dois dias do encontro, acompanhando suas danças, cantos e rituais espirituais.

"O povo se reencontra novamente para celebrar e dançar juntos", afirma Joaquim Taska, coordenador da Associação Sociocultural Yawanawá e responsável pelo II Mariri. Pela primeira vez integrantes da aldeia Nova Esperança, que concentra a maior parte do povo Yawanawá e é responsável pelo Festival Yawa, maior festival indígena do Acre, participou do Mariri. Para o cacique da Nova Esperança, Biraci Brasil, este é um momento que vai além da união. "É um momento de reflexão profunda da nossa família, um ordenamento interno", diz. Os representantes das duas aldeias afirmam que a partir de agora o povo Yawanawá terá dois festivais anuais.

O acesso a Aldeia Mutum não é fácil. Só é possível após uma viagem de oito horas de barco, que com o rio seco devido ao 'verão amazônico', precisar ser empurrado pelos tripulantes ao estancar em um banco de areia ou pedaço de madeira. Quem vem de Rio Branco, precisa enfrentar antes seis horas de carro ou ônibus até o município mais próximo da terra indígena, a cidade de Tarauacá que fica a 400 km da capital acreana. Mesmo assim, a organização do II Mariri acredita que reuniu cerca de 800 pessoas durante os cinco dias de festival, a maioria indígenas do povo Yawanawá, das oito aldeias que existem na região.

Alguns turistas e não-indígenas também participaram das festividades, mas segundo Taska, eles são uma parcela pequena dos visitantes. "O Mariri não tem muitos turistas, 95% são Yawanawás que vieram se encontrar de diferentes comunidades, porque não tiveram tempo durante o ano para comer juntos, conversar, compartilhar histórias boas e ruins que se sucederam. É uma confraternização entre o povo", diz.

A abertura oficial ocorreu na noite de domingo (10), com falas de representantes das diferentes aldeias e autoridades políticas do governo estadual e do município de Tarauacá que estiveram presentes no evento. Os líderes espirituais realizaram um ritual que segundo o assessor de Assuntos Indígenas do Acre, Zezinho Kashinawa, tinha como intenção chamar os bons espíritos para a festa (veja o vídeo).

CONT.



O festival, criado em 2013, tem como objetivo manter a essência da cultura do povo Yawanawá. "Nós não estamos criando nada, inventando nada, apenas fortalecendo o que já existe de bom das manifestações culturais e artísticas yawanawas", afirma Taska.

Índios se enfeitam com pinturas corporais durante festival (Foto: Veriana Ribeiro/G1) Índios se enfeitam com pinturas corporais durante festival (Foto: Veriana Ribeiro/G1)

Danças e cantos

Na aldeia, o tempo passa mais devagar, mas as atividades durante o II Mariri não param. A abertura, que ocorreu à noite, seguiu madrugada a dentro. Até às 3h ainda era possível ouvir os cantos do povo Yawanawá, que realizava um ritual espiritual com o Oni, uma bebida de ayahuasca semelhante ao Daime. Às cinco da manhã, logo com o nascer do sol, os indígenas já começavam a chamar uns aos outros para fazer as pinturas corporais, feitas principalmente de jenipapo e urucum.

Durante todo o dia, diferentes danças e músicas do povo são interpretadas pelos participantes do encontro. Taska explica que a realização desses festivais é uma forma de fortalecer a cultura do povo e perpetuar os ensinamentos para as próximas gerações.

"Foi bem emocionante quando na tarde da segunda-feira o terreiro foi tomado por crianças, que serão adultos em poucos anos. Eles vão dar continuidade para o que estamos praticando hoje. Eu não tive essa oportunidade quando criança, porque devido a opressão dos patrões e das missões religiosas, o povo Yawanawás por um longo período ficou sem praticar suas danças, seus cantos. Algumas vezes por medo, outras por se envergonhar delas, às vezes por não ser permitido porque a sociedade envolvida achar que era coisa do demônio", recorda.

Zezinho Kashinawa explica que além das danças, outras expressões artísticas e culturais são realizadas durante os festivais. "Também são feitas várias outras atividades, como venda de artesanato, rapé e outros produtos que também acompanham esse pacote do festival", diz. No Acre, existem ao todo seis festivais indígenas, sendo que apenas três são aberto ao público. Os visitantes, são livres para participar ou não dos rituais e brincadeiras.

Urnas do século 8 são achadas no AM

SÍTIO ODIA, 18.08.2014

Material pode ter pertencido a tribo indígena do tronco Tupi



Rio - Urnas funerárias indígenas do século 8 foram encontradas por moradores no interior do Amazonas. Elas estavam no terreno de uma escola localizada na comunidade de Tatuary, zona rural do município de Tefê, a 523 km de Manaus. O material foi entregue ao Laboratório de Arqueologia do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Manirauá (IDSMA).

Segundo a pesquisadora Jaqueline Belletti, do Laboratório de Arqueologia do IDSMA, as urnas ainda não podem ser expostas. "Elas estão passando pelos processos de conservação e restauro e pelas análises arqueológicas. Sendo assim, ainda é muito cedo para que elas sejam expostas ao público", explica Jaqueline Belletti.

A importância do material ajuda a construir a história da população indígena que ocupou o Médio Solimões. As peças encontradas podem ter pertencido a índios do tronco Tupi. "As

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 144 / 2014

Brasília, 19 de agosto de 2014.

urnas ainda não foram datadas, mas o período em que este material ocorre vai do século 8 até o contato com os europeus. Não podemos relacioná-las diretamente com nenhuma etnia, mas alguns pesquisadores acreditam que materiais desse tipo podem estar relacionadas a grupos falantes de línguas do tronco Tupi”, disse a pesquisadora.

As urnas têm forma humana tipicamente encontradas desde o Rio Napo (no Peru) até o Rio Madeira, passando pelo Solimões. Mas o diferencial das peças encontradas foi que elas estavam sobre bancos de cerâmica.



Incra reconhece terras de quilombolas em Vitória da Conquista (BA)

SÍTIO PORTAL BRASIL, 18.08.2014

Incra declarou como terras das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Velame área de 1.874,17 hectares

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) reconheceu e declarou como terras das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Velame uma área de 1.874,17 hectares em Vitória da Conquista, no estado da Bahia. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (18).

O processo de reconhecimento de uma terra para os quilombos é uma das principais medidas de resgate cultural e de autossuficiência dessas famílias que dependem, basicamente, de atividades econômicas agrícolas e de pesca e artesanato.

Para que seja feito o reconhecimento e titulação da terra, a própria comunidade abre o processo em uma superintendência do Incra em qualquer unidade federativa. A partir desse pedido, técnicos do órgão começam um estudo da área e divulgam um relatório que pode ser questionado por outras partes interessadas.



Vendramini pergunta sobre conflito indígena; Reinaldo diz que Estado tem que ser 'juiz'

SÍTIO MIDIAMAX, 18.08.2014

No bloco de perguntas por sorteio entre os candidatos, o concorrente do PP ao governo de Mato Grosso do Sul, Evander Vendramini, perguntou a Reinaldo Azambuja (PSDB) sobre o que ele pretende fazer, se eleito, em relação ao conflito entre fazendeiros e indígenas no Estado.

Em síntese, Reinaldo disse que o governo estadual deve ser o juiz do conflito, intermediando a relação do governo federal com os índios e fazendeiros. Segundo ele, as disputas entre eles é acirrada atualmente pela União, que “empurra com a barriga e não resolve o problema”.

O problema, na visão de Reinaldo, é uma questão ideológica, não apenas de disputa por terras. Ele aponta que os índios querem saúde, educação, condições de produzir nas aldeias: “precisamos de política pública que leve o que o índio precisa”, nas palavras do tucano.

“Vamos ser o juiz desse conflito, cobrar do governo federal que resolva, que não coloque um contra o outro, para que tenhamos paz no campo”, continuou o candidato do PSDB.

“No nosso governo, vamos fazer com que as coisas funcionem”, replicou Evander. Ele cobrou respeito aos indígenas e defendeu que as indenizações sejam feitas também pelas terras dos fazendeiros, não somente pelas benfeitorias.

Na tréplica, Reinaldo disse que as leis já existem, mas “o problema é no governo federal, que instrumentalizou a Funai (Fundação Nacional do Índio) para acirrar o conflito e não o resolveu”. “Vamos sentar para resolver definitivamente o problema, sem omissão”, prometeu o tucano.



Conselheira Federal lança livro sobre biopirataria e povos indígenas nesta segunda
SÍTIO OAB/MS, 18.08.2014

A Conselheira Federal e presidente da Comissão Permanente de Assuntos Indígenas (COPAI) da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS), Samia Roges Jordy Barbieri, lança o livro "Biopirataria e povos indígenas". O lançamento da publicação será nesta segunda-feira, dia 18 de agosto, no Conselho Federal da OAB, em Brasília.

Baseado em sua tese de doutorado, defendida em 2011, o livro escrito por Samia discute a prática da biopirataria, que transforma a biodiversidade em produto, em que são apropriados a cultura, saberes e medicina tradicional dos povos indígenas sem a repartição equitativa dos lucros obtidos com a venda dos produtos. A publicação expõe a existência de dois mundos, onde, de um lado o capitalismo visa o lucro a qualquer preço, de outro, está o patrimônio cultural imaterial dos povos indígenas.

"É preciso lutar para que os povos indígenas possam participar do desenvolvimento da sociedade mantendo sua identidade cultural preservada, buscando novos mercados consumidores", ressalta a advogada. Para Samia, a ampliação da venda dos artesanatos e produtos indígenas incentiva a etnossustentabilidade e o etnodesenvolvimento.

Samia Barbieri também é autora do livro Os Direitos Constitucionais dos Índios e o Direito à Diferença, Face ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. As duas publicações são editadas pelo Grupo Almedina.

Lançamento - A obra "Biopirataria e povos indígenas" será lançada no CFOAB, no dia 18 de agosto, às 19h, no Hall do Plenário do 3º andar. Já o lançamento estadual ocorrerá durante a XIII Conferência Estadual dos Advogados, no Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo, nos dias 24, 25 e 26 de setembro, em Campo Grande.



Campus indígena no Surumu
SÍTIO FONTE BRASIL, 18.08.2014

No último sábado, 16, Angela Portela, candidata ao governo de Roraima pela coligação 'É Pra Frente Que Se Anda', visitou as comunidades indígenas da região do Surumu, no município de Pacaraima. A primeira parada foi a comunidade do Barro, onde centenas de moradores e tuxauas da região aguardavam a senadora.

"Fico muito feliz por ter sido recebida com tanto carinho. Sou a primeira candidata a vir ao Surumu na agenda de campanha. Isso deixa claro meu forte compromisso com os indígenas de nosso Estado, com um projeto de desenvolvimento que os considere e inclua", disse Angela.

Ela discursou sobre seu histórico de luta pelo povo indígena e fez um importante anúncio. "Consegui, junto ao Ministério da Educação, que Roraima receba o primeiro Instituto Federal indígena do país. Ele já está em fase de implantação, e um campus pode ser construído aqui na região. Assim, técnicos agrícolas e ambientais serão formados dentro das próprias comunidades", anunciou a candidata.

"Também levei nossas lideranças indígenas a Brasília, nas discussões do Plano Nacional de Educação, para que suas necessidades fossem ouvidas e contempladas no texto. E, recentemente, estive com o ministro da Saúde, Arthur Chioro, pedindo urgência no atendimento das reivindicações, tão essenciais, das comunidades", completou.

Os tuxauas falaram sobre a falta de comprometimento do atual governo com o desenvolvimento das comunidades e pediram atenção da candidata. Angela garantiu que "a produção, a educação, a saúde e a sustentabilidade indígena serão prioridades em minha gestão. Como governadora, terei o poder de executar grandes projetos, de fazer as coisas acontecerem rapidamente aqui. As comunidades têm mais de 70 mil cabeças de gado e são grandes produtores agrícolas, principalmente de melancia. Precisamos aproveitar esse potencial, oferecendo infraestrutura e assistência técnica".

Depois, Angela visitou as malocas Taxi I, Taxi II e Cantá Galo. O dia no Surumu foi finalizado com uma grande caminhada pela comunidade Contão.



Indígenas invadem propriedade rural na divisa de Terra Roxa e Guaíra
SÍTIO CATVE, 18.08.2014

Após negociação, uma reunião será realizada amanhã

Cerca de 40 índios, entre crianças e adultos, invadiram entre a noite de domingo (17) e a madrugada desta segunda-feira (18) uma propriedade rural localizada na Vila Guarani, divisa entre Guaíra e Terra Roxa. A Fazenda São Paulo pertence ao empresário Rosalino Weber, o caseiro percebeu a movimentação e acionou a polícia.

De acordo com informações, os índios não seriam da região e alguns são de nacionalidade paraguaia. Eles reivindicam uma área de terra para a aldeia.

Após a invasão, 300 agricultores iniciaram um protesto. Policiais federais, equipes do Batalhão de Fronteira e também policiais militares, intermediaram a negociação entre os indígenas e os produtores. Não houve confronto.

Uma reunião ficou agendada para as 10 horas da manhã desta terça-feira (18), entre representantes dos índios, da Polícia Federal, dos agricultores de da Funai. O encontro deve ocorrer na sede do Ministério público Federal de Guaíra.

No fim da tarde, os índios começaram a ser retirados da fazenda com o auxílio de ônibus e escoltados pela polícia foram levados para uma aldeia em terra Roxa onde passariam a noite.

Redação Catve.com / Marechal Rondon



Filmes indígenas são tema de mostra em São Paulo

SÍTIO VERMELHO, 18.08.2014

De 15 a 22 de agosto, povos indígenas de 15 diferentes etnias localizadas nas regiões Norte e Centro-Oeste exibem 34 filmes na primeira Mostra de Cinema Indígena – Aldeia SP. Com sessões no Centro Cultural São Paulo (CCSP) e em 13 Centros Educacionais Unificados (CEUs), o festival reúne curtas-metragens feitos em cursos de formação de jovens cineastas indígenas realizados em diversos Pontos de Cultura Indígenas (PCIs).

Alice Fortes

Os 34 filmes da mostra foram produzidos nos Pontos de Cultura Indígenas Os 34 filmes da mostra foram produzidos nos Pontos de Cultura Indígenas

Além dos filmes, serão realizados bate-papos e rodas de conversa com os cineastas e lideranças. De 19 a 22, os filmes serão exibidos em 13 unidades do CEU, sempre às 14, 16h, 19h30 e 21h30. Todas as sessões serão seguidas de bate-papos com os realizadores.

A maior parte dos filmes é não-ficcional e foi filmada em idioma local, com legenda em português, como forma de incentivar a preservação dessas línguas. Este é um dos temas do curta As Palavras de Minha Avó, de Vakunú Shãwãdawa e Txanda Shãwãdawa. Baishadi, avó de Vakunú e última falante da língua Shãwãdawa, lembra das canções que ouvia de seu avô, prepara caçuma para a família, mostra as danças do veado e do sapo encantado e ensina seu idioma aos netos. O filme foi realizado por alunos Shãwãdawa no Ponto de Cultura Indígena Say Dawa, no Acre.

Ayani por Ayani, dirigido por Ayani Huni Kui, relata a vida da avó e a forte relação que existe entre as gerações. A avó fala sobre a importância da tradição e ensina os netos a desenharem com urucum. O curta-metragem de 20 minutos foi feito por alunos do povo Huni Kuin no Ponto de Cultura Indígena Beya Xinã Bena, na aldeia São Joaquim, também no Acre.

Atualmente, o Brasil conta com 150 PCIs espalhados pelas cinco regiões do país | Foto: Alice Fortes

Línguas, lendas, tradições, rituais sagrados, cura, culinária, danças, cantos, caça, pesca... É este o objetivo da mostra: apresentar a rica cultura dos povos originários, promover sua identidade e diversidade e aproximá-los da cidade de São Paulo. Alguns dos filmes tratam também sobre suas demandas e lutas, seja pela sobrevivência ou contra empresas que se apropriam de suas terras. Tudo isso registrados a partir de seus próprios pontos de vista.

Esta é a primeira edição do festival, que integra a programação da I Mostra Cultural Agosto Indígena, evento promovido pela Prefeitura de São Paulo, com espetáculos de dança, oficinas de artesanato e língua guarani, seminários e exposições fotográficas em 23 unidades do CEU. Esta iniciativa, que vai até 30 de agosto, integra um programa de valorização e reflexão sobre a história dos índios brasileiros, visto que a capital paulista é a quarta cidade em população indígena no país, com cerca de 13 mil pessoas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 144 / 2014

Brasília, 19 de agosto de 2014.

Produção cultural

Os 34 filmes da mostra foram os primeiros produtos feitos nos Pontos de Cultura Indígenas (PCI), implantados há quatro anos em uma parceria entre a Rede Povos da Floresta, o Vídeo nas Aldeias, a Associação de Cultura e Meio Ambiente, a Funai e o Ministério da Cultura. Atualmente, o Brasil conta com 150 PCIs espalhados pelas cinco regiões do país.

Fonte: RBA



Boletim de Notícias - Edição nº 144 / 2014

Brasília, 19 de agosto de 2014.

II Seminário Infância Criança Indígena

SÍTIO UFSCAR, 18.08.2014

Entre os dias 18 e 22 de agosto, ocorre no Campus São Carlos da UFSCar o II Seminário Infância Criança Indígena. A programação do evento contará com conferências, mesas-redondas, reuniões de Grupos de Trabalho (GT), exposições de fotos e projeção de filmes com debate com os realizadores e reunirá professores e pesquisadores da UFSCar e das universidades federais de Minas Gerais (UFMG), Santa Catarina (UFSC), do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mato Grosso (UFMT), Paraíba (UFPA) e da Grande Dourados (UFGD), além da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). No Seminário eles discutem temas como benzimentos de crianças entre os Hupda; a criação dos Waíkhana no Alto Rio Negro; ritos de nascimento e de morte entre os Tukano do rio Tiquié, Alto do Rio Negro; e conselhos, aconselhamento e escola entre os Baniwa. Nas reuniões dos GTs estão previstas discussões sobre assuntos como direitos e políticas para crianças indígenas; crianças indígenas nas escolas; e pesquisas em Antropologia da Criança.

Local: Campus São Carlos da UFSCar

Mais informações: pelo email oeei.ufscar@gmail.com ou pelo site <http://infanciaindigena.wordpress.com/>



Projeto promove a coleta de 3,5 mil litros de óleo de copaíba

SÍTIO JORNAL BRASIL, 18.08.2014

O projeto 'Florestas de Valor' divulgou recentemente o balanço do trabalho envolvendo a extração do óleo de copaíba, junto às comunidades quilombolas do município de Oriximiná (PA). O resultado mostra que 3,5 mil litros da matéria-prima já foram comercializados a partir de um trabalho que valoriza o desenvolvimento sustentável dessas comunidades ribeirinhas com forte identidade cultural na região amazônica do Brasil, além de contribuir com a preservação da floresta.

O óleo, que possui inúmeras propriedades medicinais e também é utilizado na indústria de cosméticos, promove a geração de renda para seis comunidades, desde o final de 2011. Há pouco mais de dez anos, o litro custava em torno de R\$ 3,00. Em 2012, passou a custar R\$ 13,00 e hoje o "copaibeiro" recebe R\$ 27,00 por cada litro extraído, informa a Petrobras.

Outro aspecto importante do projeto é a inserção dos jovens das comunidades quilombolas no processo de extração do óleo das copaibeiras, que representa uma importante renda complementar à entressafra da castanha. Normalmente eles saem em duplas, sob a supervisão dos mais experientes, e permanecem na mata por uma semana para a extração.

O processo de extração consiste em um furo na árvore, com uma espécie de saca-rolhas, até chegar no cerne. O óleo que sai do tronco é coletado em galões próprios e, posteriormente, a árvore é torneada com o galho de outra árvore até a próxima extração.

De volta à comunidade quilombola, um representante local recebe o óleo e faz o pagamento no ato do recebimento com recursos de capital de giro. Com o ritmo do trabalho, até o fim deste ano, estima-se que mais 1.500 litros do óleo de copaíba sejam extraídos.

Saiba mais

Com patrocínio da Petrobras, o 'Florestas de Valor' busca que áreas protegidas e regiões do entorno contribuam para o desenvolvimento regional, proporcionando condições dignas às populações que ajudam a conservar os recursos naturais. Para isso, o projeto apoia a implantação de sistemas produtivos responsáveis, conecta extrativistas e empresas na lógica do mercado ético e busca sensibilizar a sociedade para o consumo consciente de produtos florestais e para a conservação dos recursos naturais.

Fonte: Agência Petrobras / Imaflora



Remanescentes quilombolas de Campo Alegre, em Paranã, são ameaçados por homens armados em disputa por suas terras
SÍTIO CONEXÃO TOCANTINS, 18.08.2014

Famílias remanescentes dos quilombolas Kalunga que residem na Fazenda Santana, região de Campo Alegre, em Paranã do Tocantins, estão enfrentando ameaças de homens armados nos últimos dias. O delegado de conflitos agrários do Estado, Ricardo Moreira de Toledo Sales, afirmou ao Conexão Tocantins na manhã desta segunda-feira, 18, que os remanescentes ganharam o direito a propriedade daquela terra pelo Governo Federal e que fazendeiros estão em pé-de-guerra para manterem posse das terras.

Segundo o delegado, o conflito iniciou por volta do dia 13 deste mês e o maior problema é que o Incra do Tocantins não demarcou a área, deixando os fazendeiros na região achando que serão desapropriados aleatoriamente, acarretando em ameaças a comunidade. "Isso faz com que para tentarem se manter na posse, (os fazendeiros) armem pessoas para tentar espantar o povo da região", afirmou o delegado.

Ainda segundo o delegado, o Incra manteve acordo com o Estado para manter as condições de deslocamento da delegacia, no entanto, não honra com o acordo, o que acarreta em falta de condições para cumprimento de denúncias. "Esse final de semana como nos ligaram apavorados estou mandando a minha equipe mesmo sem condições. O Incra não está nos honrando com a parte deles. O pessoal está indo sem condições nenhuma. Essas ações são de responsabilidade da minha unidade policial. Estou fazendo tudo para tentar chegar lá. Até agora não pudemos fazer nada porque infelizmente estamos com dificuldades", salientou.

Morador da região

Um morador na região afirmou em entrevista ao Conexão Tocantins que foi ameaçado no dia 13 de agosto com um espingarda na cabeça. "Estava trabalhando e chegaram dois caras enfiando a espingarda em nós, dizendo que as terras eram deles e que a gente tinha que vazar porque se não ia ficar pior pra nós. Para não perder a vida tivemos que largar tudo, deixamos tudo, não deixaram levar (sic)", afirmou.

Ainda segundo o morador, os homens armados afirmaram ser policiais, mas ao ir a delegacia ficou constatado pela polícia local que não se tratavam de policiais. "Moro perto da fazenda há 39 anos e nunca tinha visto esses homens. A situação não tá fácil, mas acredito em Deus que tudo vai ser resolvido. Pessoas nascidas e criadas na região sendo ameaçadas por fazendeiros que nunca foram vistos", desabafou.

Grande maioria dos moradores da Fazenda Santana e região trabalham nas roças.

Assessor Afrodescendentes do Estado



O assessor Técnico dos Afrodescendentes do Estado, André Luíz Gomes da Silva, afirmou em entrevista ao Conexão Tocantins que as comunidades daquele entorno foram certificadas como remanescentes de quilombo, porém ainda não foi feito a titularização da terra. Segundo ele, os calungas envolvidos no conflito são da mesma família dos Kalungas de Goiás e são da mesma família dos Kalungas de mimoso de Arraias do Tocantins. "Então a família é uma só, por isso que são identificados como Calungas, mas pertencem ao município de Paranã e são certificados como remanescentes de quilombo no município de Paranã", afirmou.

Remanescentes de quilombolas são descendentes de comunidades quilombolas que foram desagregadas.

Diretor de Igualdade Racial

O diretor executivo de igualdade racial de Paranã, Enedino Benevides Neto, também ouvido pelo Conexão Tocantins afirmou que uma família composta por 5 pessoas e mais um senhor quilombola de outra família estão envolvidos no conflito da Fazenda Santana. Segundo ele, o que está havendo é uma divergência jurídica com a terra que está em litígio com um fazendeiro e que o processo ainda não terminou e as divergências estão em termos de direitos de plantar e de fazer qualquer outro tipo de trabalho na terra.

Segundo ele, a documentação mostra que os remanescentes ganharam o direito a propriedade das terras, porém, segundo ele, houve uma apelação com recurso. De acordo com Enedino Neto a família calunga habita na região há mais de dois séculos e estão lá desde antes a abolição da escravatura. "De lá pra cá houve a entrada dos fazendeiros que foram adquirindo as terras. Agora a situação dessas terras na Fazenda Santana tem haver com compra e venda de áreas dentro da fazenda, que foram vendendo, comprando e ai complicou [...] e começou a gerar essa situação de litígio. É uma fazenda dentro de uma área quilombola que já é reconhecida, ela é oficialmente quilombola, é reconhecida pelo Governo Federal e está em processo de legalização fundiária pelo Incra, está em fase inicial", disse ele.

Segundo Enedino, a equipe do Incra comparecerá in loco nesta segunda-feira para elucidar o conflito.

Aos 86 anos, morre padre Mário, criador de 16 comunidades e do Cimi
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.08.2014



Michel Faustino, Campo Grande News

Morreu, na manhã desta segunda-feira (18), o padre salesiano Mário Panziera, que estava internado há cerca de duas semanas no Hospital da Unimed (antigo Miguel Couto), na Capital. De acordo com o laudo médico, a causa da morte foi falência múltipla dos órgãos. Ele foi um dos fundadores do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), pároco da São José e ajudou a criar 16 novas comunidades católicas na Capital.

O corpo está sendo velado na Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, localizada na Avenida Manoel Ferreira, 171, Bairro Santo Antônio, onde atuou por 13 anos como pároco, e será celebrada a missa de corpo presente, marcada para às 7h30 desta terça-feira (19), com a presença do inspetor da Missão Salesiana de Mato Grosso, padre Gildásio Mendes dos Santos, e do bispo auxiliar da Arquidiocese de Campo Grande, Dom Eduardo Pinheiro da Silva. O sepultamento está previsto para as 10h, no Cemitério Santo Antônio.

O funcionário público, Francisco José da Silva, 36 anos, que atua como cooperador salesiano, diz que a comunidade salesiana de Campo Grande recebeu a notícia do falecimento do padre Mário com muito pesar. Segundo ele, padre Mário ganhou a simpatia e o respeito de todos durante os anos que se dedicou como pároco da Igreja São José. "Infelizmente é uma perda muito grande para a comunidade salesiana, mas vamos lembrar sempre das coisas positivas que Mário nos passou", disse.

História - Padre Mário Ottorino Panziera nasceu em 7 de janeiro de 1927 em Selva del

CONT.



Montello, na Itália. Ele chegou ao Brasil em 1947, aos 20 anos de idade. Foi ordenado sacerdote aos 26 anos na Paróquia Sagrado Coração de Jesus, em São Paulo (SP), pelo bispo salesiano Dom João Rezende Costa. O lema escolhido para ilustrar a sua vocação foi "conservai a unidade do espírito no vínculo da paz" (Ef: 4,3).

Depois de ordenado, atuou nas aldeias São José de Sangradouro, Sagrado Coração de Meruri Marcos, com as etnias Bororo e Xavante, no Mato Grosso. Em 1972, ajudou a fundar o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Em 1976 veio para Mato Grosso do Sul, assumindo a função de diretor da comunidade salesiana de Indápolis (Dourados) – composta por uma casa de formação, o Instituto Dom Bosco, e pela Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora. Atuou como pároco em Cuiabá (Paróquia São Gonçalo), São José (Campo Grande), Nossa Senhora Auxiliadora (Campo Grande) e novamente em Indápolis com a função de pároco – local onde celebrou os 60 anos de vida sacerdotal em 2013.

Na Capital, de 1995 a 2008, foi o responsável pela construção de 16 comunidades católicas, três delas foram elevadas à paróquia, são elas: Maria Medianeira das Graças (Vila Popular); Sagrado Coração de Jesus, que se tornou a Paróquia Coração Eucarístico de Jesus (Bairro Coopatrabalho) e a Paróquia São Francisco de Sales, antes Comunidade São Pedro (Bairro Recanto dos Pássaros). Como pároco ele sempre deu prioridade à atuação de todos os movimentos pastorais da Igreja Católica.

Neste último ano foi confessor e acompanhou os formandos do Pós-Noviciado no Instituto São Vicente, em Campo Grande.



Grupo ocupa Incra de Araguaína (TO) para pressionar pelo cumprimento de acordos por parte do Instituto

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.08.2014

CPT – Trabalhadores e trabalhadoras rurais, e quilombolas unidos na Articulação Camponesa do Tocantins ocuparam na manhã de hoje, 18 de agosto, a sede do Incra de Araguaína (TO). O grupo diz que não tem prazo para deixar o local. A ocupação tem o objetivo de cobrar as promessas pactuadas e não cumpridas pelo Incra em audiências públicas desde o ano de 2011 até os dias de hoje. Veja documento da Articulação sobre a ocupação:

Nota de esclarecimento da Articulação Camponesa à sociedade tocantinense: Por que ocupamos o Incra?

Nós, famílias camponesas e remanescentes de quilombo, unidos na Articulação Camponesa que representa comunidades de Araguaína, Augustinópolis, Babaçulândia, Bandeirantes, Barra do Ouro, Campos Lindos, Goiatins e Palmeirante, queremos tornar pública a nossa indignação e descontentamento com a inoperância e omissão dos órgãos de âmbito federal (Incra e Programa Terra Legal) e estadual (Itertins).

Depois de cinco audiências públicas realizadas entre 2011 e 2014, nas quais diversos compromissos que garantiriam agilidade nos processos de vistorias e demarcação de nossas terras e territórios foram assumidos e não cumpridos pelo Incra, a Articulação Camponesa decidiu, em forma de protesto, ocupar a sede do órgão em Araguaína com a presença de aproximadamente 400 mulheres, homens, jovens e crianças.

Considerando que:

- A ausência de políticas públicas que possibilitem o acesso a terra, a inoperância e má gestão dos órgãos públicos e a interferência política partidária agravam os inúmeros conflitos que enfrentamos. Em 2013, tivemos um aumento de 61% nos conflitos por terra, com 3.682 famílias envolvidas, número expressivamente maior que em 2012, quando foram registradas 1.536 famílias;

- O atrelamento do governo federal e estadual aos grandes projetos vinculados ao agronegócio prioriza a política agrícola de monocultura em detrimento das famílias camponesas que ainda resistem na luta pela posse da terra;

- O Programa Terra Legal, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), não cumpre os compromissos assumidos em audiências públicas. A Gleba Tauá, em Barra do Ouro, por exemplo, aguarda há anos o georreferenciamento. A última empresa contratada para realizar o trabalho de medição da área não conseguiu concluir o serviço na região e deixou as famílias desassistidas. Na Gleba Anajá, em Palmeirante, foi expedido título em nome de pessoas que nunca exerceram posse na área, o que inviabilizou a criação de assentamento para 19 famílias;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 144 / 2014

Brasília, 19 de agosto de 2014.

- A morosidade do Programa Terra Legal em regularizar nossas posses legítimas em área da União permite que grileiros consigam adquirir licenças ambientais por meio do Naturatins e Ibama, o que torna legais os desmatamentos em nossas áreas;
- O processo de titulação em sobreposição de áreas da União pelo Itertins acirra conflitos com os fazendeiros e impossibilita a criação de novos assentamentos por parte do Incra, a exemplo da Gleba Conceição, em Palmeirante;
- Mesmo ciente da gravidade dos conflitos agrários existentes que geram violência, ameaças e expulsões, o Incra dificulta a liberação de diárias para a rápida atuação da equipe da Delegacia Estadual de Repressão a Conflitos Agrários;
- Ordens judiciais de reintegração de posse e liminares de despejo são emitidas sem realização de audiências de justificação prévia ou com cerceamento do direito de defesa das famílias. Em 2013, 625 famílias foram despejadas em todo o estado, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra.

E diante do descaso e da omissão para a solução dos conflitos agrários, exigimos:

Que Incra, Itertins, Terra Legal e demais órgãos competentes, dentro das estruturas federal e estadual, coloquem em prática os compromissos assumidos nas cinco audiências públicas realizadas desde 2011.

Que a Defensoria Pública Geral do Tocantins disponibilize no mínimo mais dois defensores públicos para atuarem na questão agrária.

Que seja ampliado o número de agentes da equipe da Delegacia Estadual de Repressão a Conflitos Agrários no Tocantins.

Que o Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins crie Varas Agrárias em regiões de maiores conflitos pela posse da terra.

Que os atuais candidatos no processo eleitoral coloquem em seus programas de governo compromissos concretos em relação à política agrícola, agrária e fundiária, incluindo o cancelamento de títulos emitidos irregularmente pelo Itertins em terras da União.

Que o poder judiciário seja mais sensibilizado em relação às questões que envolvam os conflitos agrários.

Avaliamos que o Incra está sucateado: não consegue viabilizar o programa de reforma agrária, terceiriza o serviço público com total desvalorização dos servidores efetivos, e não garante sequer Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos técnicos, fazendo com que os profissionais se neguem a ir a campo para a realização dos trabalhos de vistoria – o que inviabiliza e atrasa os processos de criação de novos assentamentos.

Antes de decidir pela ocupação, tentamos fazer com que o Incra honrasse com os

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 144 / 2014

Brasília, 19 de agosto de 2014.

compromissos assumidos e negociamos prazos para que as reivindicações fossem atendidas nas audiências públicas também acompanhadas pelo Ministério Público Federal, Defensoria Pública Agrária, Delegacia Estadual de Repressão a Conflitos Agrários, entre outros. A última audiência aconteceu em maio deste ano, na própria sede do Incra em Araguaína.

Nossas reivindicações não buscam contemplar apenas as necessidades individuais de cada comunidade, mas sim lutar pela mudança do contexto agrário no estado do Tocantins, hoje baseado na concentração ilegal da terra nas mãos de fazendeiros e grupos vinculados ao agronegócio que exploram o trabalhador e não produzem alimentos para o sustento do povo brasileiro.

Queremos o real desenvolvimento do campo com justiça e liberdade. Por isso lutamos!

Articulação Camponesa de Luta Pela Terra e Defesa dos Territórios no Tocantins

Araguaína, 18 de Agosto de 2014.



Nota Pública do CIR sobre a Atenção à Saúde Indígena

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.08.2014

Considerando o novo modelo institucional proposto pelo governo federal para a atenção à saúde indígena no país, conforme proposição apresentada pelo secretário de Saúde Indígena Antônio Alves no último dia 04 de agosto em reunião conjunta do Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI) e da bancada indígena da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), o Conselho Indígena de Roraima (CIR) vem por este meio se manifestar:

A luta pelos direitos indígenas é uma prática constante do movimento indígena, e o CIR há quarenta anos vem afirmando que é necessário o Estado Brasileiro garantir e adequar suas regras, políticas, programas e ações à realidade dos povos indígenas, assegurando o que a nossa Constituição Federal de 1988, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU já estabelecem.

O CIR considera que não houve o tempo necessário para a discussão com as lideranças das comunidades sobre esta proposta, que está sendo submetida à aprovação dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena no estado de Roraima. É preciso assegurar o direito à consulta livre e informada, com o tempo suficiente para a participação dos conselhos locais de saúde de todas as regiões do estado, contemplando o direito ao contraditório, e o envolvimento de outros órgãos e parceiros do movimento indígena na discussão de alternativas possíveis ao modelo proposto pela SESAI.

É importante destacar que esta proposta nunca foi discutida com as organizações indígenas, desde 2008 quando foi instituído o grupo de trabalho do Ministério da Saúde encarregado de promover a transição das responsabilidades da Saúde Indígena da FUNASA para um novo órgão gestor ligado diretamente ao gabinete do Ministro da Saúde, e a partir de 2010 ao longo dos quatro anos de atuação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) na gestão da saúde indígena no país. Esta proposta também não foi apresentada durante as etapas da Quinta Conferência Nacional de Saúde Indígena promovida pela SESAI no ano de 2013.

A criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI) representa na prática a privatização da Saúde Indígena no Brasil, pois na proposta apresentada pela SESAI ele é descrito como uma "entidade civil de direito privado", administrado por meio de um contrato de gestão firmado com a União de acordo com a legislação privada, e regido por um Conselho Deliberativo composto por treze membros, dos quais apenas três devem ser indicados pelas organizações indígenas. Esta composição desrespeita os princípios do controle social definidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como a paridade entre usuários e prestadores dos serviços de saúde.

As organizações indígenas têm se manifestado em diversas ocasiões a favor da realização de
CONT.



um Concurso Público Específico e Diferenciado, a partir de um marco legal estabelecido em conjunto com os órgãos do Governo Federal, Congresso Nacional e Ministério Público Federal. Este concurso deveria ser realizado por etapas, iniciando pelo pessoal responsável pela gestão administrativa e logística, que fica lotado nas sedes dos distritos, e que é fundamental para a concretização da autonomia administrativa e financeira dos DSEIs. Este setor é responsável pelas compras de equipamentos, materiais e medicamentos, que enfrentam graves deficiências em todas as regiões do país, assim como a construção de postos, infraestrutura e saneamento básico nas comunidades.

A contratação dos profissionais indígenas também deve ser priorizada neste concurso, sendo para isto necessária a regulamentação das categorias de Agentes Indígenas de Saúde (AIS), Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN), e outros profissionais indígenas. Devem ser estabelecidas cotas para profissionais indígenas em todas as categorias previstas no concurso. Os profissionais indígenas devem ser reconhecidos como a base fundamental do modelo assistencial nos distritos, tendo asseguradas a sua capacitação técnica e a regularização profissional nos níveis básico, técnico e superior, como determina a legislação brasileira e tem sido preconizado desde a segunda Conferência Nacional de Saúde Indígena em 1993.

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) deve respeitar o direito dos povos indígenas de serem devidamente informados e de participarem efetivamente na definição das políticas públicas de saúde, como assegurado na Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena e na Constituição Federal Brasileira. O Governo Brasileiro deve também assumir sua responsabilidade pela garantia dos direitos dos povos indígenas à posse e usufruto de suas terras e recursos naturais, que são fundamentais para a sua saúde, pois é da terra que provém seu alimento, remédio, bem estar e alegria de viver. A demarcação dos territórios tradicionais indígenas é condição indispensável para a reprodução física e cultural das comunidades indígenas em todo o país.

Conselho Indígena de Roraima – CIR.

Boa Vista – Roraima, 18 de agosto de 2014.



União: Produtores rurais resistem e impedem invasão de propriedade por índios no Paraná

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 18.08.2014

Um grupo de índios guaranis tentou invadir na manhã desta segunda-feira (18), mais uma fazenda, entre Guaíra e Terra Roxa, na região oeste do Paraná. De acordo com a Polícia Federal, são cerca de 40 pessoas que entraram no local por volta das 12h. Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai) os indígenas querem ficar na fazenda que pertence a Rosalino Weber, um pioneiro na região de 82 anos de idade.

Ainda conforme a Polícia Federal, aproximadamente 200 agricultores se reuniram para expulsar os índios do local. Os agricultores chegaram a destruir os barracos que foram montados pelos indígenas. Os policiais ficaram no local durante a tarde para evitar confronto e, às 18h, conseguiram convencer os índios a deixar a fazenda.

Apesar da saída dos indígenas, os agricultores e os agentes da Polícia Federal continuam na área.

A Polícia Federal passou o dia tentando encontrar um funcionário da Funai para intermediar a conversa com os índios, mas ninguém foi encontrado.

Ocas dos Jogos Indígenas podem virar atração turística em Belém

SÍTIO PORTAL AMAZÔNIA, 19.08.2014

Ocas vão hospedar cerca de 600 índios do Pará e os Pataxó, da Bahia durante o IV Jogos Tradicionais Indígenas



BELÉM – Aliar turismo ao futebol. Essa é a proposta dos dirigentes do IV Jogos Tradicionais Indígenas. A proposta é utilizar as ocas que serão usadas como hospedagem dos indígenas da competição e que possam servir como ponto de atração turística e de comercialização de produtos artesanais fabricados pelos índios. As ocas vão hospedar cerca de 600 índios de 13 etnias paraenses e de mais duas outras convidadas: os Pataxó, da Bahia.

As ocas vão hospedar cerca de 600 índios de 13 etnias paraenses e de mais duas outras convidadas: os Pataxó, da Bahia, é avaliar a viabilidade de trasladar as ocas. Foto: Ray Nonato/ SEEL

As ocas vão hospedar cerca de 600 índios de 13 etnias paraenses e de mais duas outras convidadas: os Pataxó, da Bahia. Foto: Ray Nonato/ SEEL

Jogos Indígenas

Nos jogos indígenas do Pará serão apresentados três níveis de modalidades esportivas: a ocidental, que é o futebol masculino e feminino; a de intercâmbio, como arco e flecha, natação

CONT.



e canoagem, e os jogos de identidade, que mobilizarão times como o Gavião, do Pará, que fazem a corrida da tora, ou os Caiapó, de Redenção, também do Pará, que apresentarão algumas modalidades de luta, entre elas as bordunas. "Os jogos no Pará serão uma grande oportunidade de a gente mostrar nossas riquezas para a próxima olimpíada, que podem servir para um intercâmbio saudável, sem sofrimento físico da competição, de ganhar a qualquer custo. Aqui é uma celebração", disse Marcos Terena.

No dia 4 de setembro, a abertura terá uma cerimônia que Marcos Terena diz ser um meio de mostrar a visão indígena sobre o universo. "Não fazemos nenhuma atividade pública sem a bênção da terra e o agradecimento ao Grande Espírito. Não é uma religião, mas uma solenidade tradicional indígena, simbolizada pelo fogo para iluminar nossos caminhos e também mostrar que temos a força da terra e da natureza, também", explicou.

Os dois representantes das etnias indígenas reforçaram que o evento esportivo abrirá espaço para discussão de temas de caráter social, em um fórum que ocorre dentro da programação. Haverá atividades culturais todas as noites e uma novidade. "Além do fórum indígena dos debates e conversações que acontecerão paralelamente aos jogos, uma das apresentações será focada na força e na beleza da mulher indígena", contou Marcos Terena.

Renilce Nicodemos e o secretário de Cultura, Paulo Chaves, devem acompanhar o governo na visita que está prevista para esta terça-feira. Simão Jatene que ouvir técnicos e engenheiros que construíram a taba indígena e a viabilidade de ela ser reconstruída em outro espaço em Belém. "É importante avaliar o potencial turístico e cultural desse projeto", disse o governador.

A secretária de Esporte falou sobre o lançamento dos IV Jogos Indígenas do Pará, no último dia 16, quando foi exibido um vídeo que mostrou três edições dos jogos tradicionais feitos no Pará, nos municípios de Tucuruí (2004), Altamira (2005) e Conceição do Araguaia (2006). Os jogos já atraíram os olhos do Brasil para o Pará, há 14 anos, quando uma versão ocorreu na praia do Crispim, também em Marapanim. Segundo a secretária de Esporte, as ocas construídas na mata, em Marudá, este ano já atraíram mais de oito mil visitantes.



Roraima apresenta redução no número de casos neste primeiro semestre

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 18.08.2014

Houve redução no número de casos de malária no Estado. Dados da Coordenação Geral de Vigilância em Saúde (CGVS) mostram que no primeiro semestre de 2014, foram notificados 4.151 casos de malária, enquanto no mesmo período de 2013, foram notificados 4.697 casos, o que representa uma redução de 11,62%.

Em 2014, entre os municípios com maior número de casos notificados estão Boa Vista, Amajari, São João do Baliza, Rorainópolis e Caracaraí. Os dados mostram ainda que embora seja registrada a redução no número de casos notificados, este ano houve o aumento no casos autóctones, ou seja, notificados e infectados em Roraima. Enquanto no ano de 2013, de janeiro a junho, o percentual representava 51,82% dentre os casos notificados, este ano o número já alcança 73%.

Conforme o gerente do Núcleo de Controle da Malária, Jonas Monteiro de Souza, boa parte dos casos é registrada nos projetos de assentamento e nas áreas indígenas. "Registramos aumento dos casos de malária nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – no Leste e o Yanomami", disse.

Ele lembrou que nestas regiões, as ações de prevenção e controle da malária são realizadas pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) já que os recursos são repassados diretamente para os gestores locais responsáveis pela área indígena.

"Sempre convidamos os representantes dos dois distritos para as reuniões de avaliação, para que haja integração entre as instituições envolvidas. Além disso, o núcleo estimula o desenvolvimento conjunto das ações pelos municípios que têm áreas indígenas, para otimizar os recursos e assegurar a execução de ações no trabalho de prevenção e controle da doença", esclareceu.

Diante da redução no número de casos notificados, mas com o aumento no registro de casos autóctones, o núcleo pretende fortalecer o trabalho feito nos projetos de assentamento. Nestes locais, a sugestão é que sejam intensificadas as ações de controle vetorial, e de prevenção como instalação de tela nas casas, utilização de roupa com manga comprida, além de orientação para que as famílias evitem locais abertos após às 18h, quando o vetor pica com mais frequência. "Desta forma o núcleo promove ações fundamentadas na estratificação epidemiológica dos casos, com realização pontual de intervenções, se necessário", complementou.

AÇÕES

O Núcleo de Controle da Malária pretende sensibilizar os gestores municipais e buscar a implantação de laboratórios de base onde não exista ainda e reativar os laboratórios

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 144 / 2014

Brasília, 19 de agosto de 2014.

desativados até o momento. Além disso, o Núcleo espera alcançar o fortalecimento da busca ativa, e já planeja a realização de capacitações técnicas para este segundo semestre, além de disponibilizar medicação, para os casos positivos. "A nossa intenção é manter as ações de monitoramento e planejamento estratégico para o controle contínuo da malária, tanto na área urbana quanto rural, para que o Plano de Ação possa alcançar as metas previstas no cronograma de trabalho", finalizou Monteiro.



Boletim de Notícias - Edição nº 144 / 2014

Brasília, 19 de agosto de 2014.

Mestranda em Desenvolvimento Local pesquisa visibilidade de mulheres indígenas
SÍTIO UCDB, 19.08.2014

Mestranda Emanuela Moura do Nascimento, do Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), defendeu sua dissertação sobre "O processo de construção da visibilidade de um grupo de mulheres indígenas em Campo Grande, MS", na última sexta-feira (15), na Católica.

Segundo a pesquisadora, o tema foi escolhido para descrever o porquê da não visibilidade das índias que trabalham na praça em frente ao Mercado Municipal. "Devido à dificuldade da sociedade em enxergar esse povo, ele se torna invisível aos olhos de quem passa na rua. O processo de trabalho em si resultou na visibilidade dessas índias, que fazem trabalhos tão lindos quanto os outros que elas vendem no local", destacou Emanuela.

Fizeram parte da banca examinadora os professores Dr. Heitor Romero Marques (UCDB) e Dr. Neimar Machado de Sousa (UFGD), além do orientador e presidente da banca, Dr. Josemar de Campos Maciel.

Fonte: Nilce Lemos



CONANDA apura suicídios de índios adolescentes
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.08.2013

Por Carlos Nicodemos*, em SRZD

O CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, órgão deliberativo e controlador das políticas de proteção especial dos direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil, deliberou em sua última assembleia, nos dias 13 e 14 de agosto de 2014, apurar a situação das mortes por suicídio de adolescentes da aldeia Guarani-Kaiowá, localizada no estado do Mato Grosso do Sul.

De acordo com dados apurados pelo Portal Fórum, entre os anos de 1986 a 1997 foram registradas 244 mortes por suicídio entre os Guarani-Kaiowá.

Os números são assustadores, pois apontam que nos últimos dez anos o suicídio praticamente triplicou, registrando entre 2000 a 2013, 684 casos.

Estes dados foram consolidados nos relatórios do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/MS) denominado "Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil", que já tratamos aqui no Blog Minuto Brasileirinho.

O Procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida, do Ministério Público Federal (MPF) em Dourados (MS) investiga o caso e aponta não somente a falta de programas que possam atender as demandas dos povos indígenas, mas também a prática recorrente de discriminação e ódio étnico da sociedade local.

Para além da ausência das políticas necessárias do Poder Público, somos sabedores que o processo histórico de demarcação de terra indígena no Brasil é a principal causa deste cenário desolador.

Pode-se citar como exemplo a densidade demográfica em Dourados que é acima de qualquer média nacional, demonstrando bem a política que se adotou nos últimos anos no Brasil sobre este tema para o povo indígena.

Verdade que, a entrada do CONANDA nesta agenda, sob o entendimento de que crianças e adolescentes indígenas estão com seus direitos humanos violados, pode ser mais do mesmo em relação a tantos outros órgãos que estão fazendo a gestão desta agenda social.

Por outro giro, se através do CONANDA, a sociedade civil organizada, neste caso do segmento dos direitos das crianças e adolescentes, der o tom de exigibilidade na adoção de medidas urgentes, fugirá da vala comum da burocracia poder público e poderá dar luz ao problema e apontar caminhos resolutivos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 144 / 2014

Brasília, 19 de agosto de 2014.

Esperemos que na dinâmica do verdadeiro interesse dos direitos humanos infanto-juvenis, o CONANDA possa fazer valer o superior interesse dos adolescentes, afinal este quadro suicida é, na modernidade do estado civilizatório, sem sombra de dúvidas, um dos piores rebaixamentos éticos da sociedade moderna brasileira.

-

*Advogado militante (desde 1990). Professor universitário para as disciplinas de Direitos Humanos, Direitos das Crianças e Criminologia. Foi presidente do Conselho da Comunidade para Execução Penal do Rio de Janeiro (1997). Foi presidente do CEDCA – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes do Rio de Janeiro 2009/2010. É membro do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (desde 2011). É coordenador executivo da Organização de Direitos Humanos Projeto Legal (desde 2010) e membro MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos (desde 1996) e da Coordenação Regional deste Movimento no Estado do Rio de Janeiro (desde 2011). Autor de livros e artigos na área de direitos humanos, direitos das crianças, criminologia e direito Penal. É o idealizador do blog Minuto Brasileirinhos.



Boletim de Notícias - Edição nº 144 / 2014

Brasília, 19 de agosto de 2014.

Ricardo Ventura Santos, pesquisador da ENSP/Fiocruz, fala sobre Políticas Públicas e Povos Indígenas no Brasil

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.08.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=hOH9WmigZsA

Em entrevista à ENSP TV, o pesquisador da Escola e coordenador do Grupo de Trabalho Demografia dos Povos Indígenas no Brasil da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), Ricardo Ventura Santos, fez uma análise sobre os dados apresentados pelo IBGE na 66ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que mostram um crescimento importante desta população e as desigualdades ainda existentes em diversos planos acerca dessa sociedade, explicando também como os resultados podem resultar em políticas públicas voltadas para eles.



"Pré-estreia do filme 'Matem...os outros' causa polêmica: Ativistas do Coletivo Terra Vermelha fazem protesto em frente ao MARCO devido ao conteúdo racista do média-metragem"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.08.2014

Por Priscila Anzoategui, em Coletivo Terra Vermelha

A pré-estreia do média metragem "Matem...os outros", do diretor Reynaldo Paes de Barros, ontem no MARCO (Museu de Arte Contemporânea), em Campo Grande, causou protestos na plateia. O filme narra à história de dois fazendeiros, interpretados pelos atores Victor Wagner e Espedito di Monte Branco, que estão na estrada com o carro quebrado, pegam carona com dois paulistas até Sidrolândia (município que ficou conhecido nacionalmente devido o assassinato do terena Oziel durante a ação de reintegração de posse da fazenda Buriti).

O diálogo entre os personagens é exclusivamente sobre a questão indígena. Os fazendeiros demonstram uma visão totalmente preconceituosa, afirmam que os índios invadiram suas terras, que compraram a terra legalmente, pois possuem a escritura pública, que o Estado não indeniza e faz tudo que os índios pedem (e a FUNAI seria a mentora dessa relação injusta).

Além disso, reforçam o estereótipo de que os indígenas são todos preguiçosos, vagabundos e alcoólatras. A única personagem que tenta debater com os fazendeiros, é a veterinária representada pela atriz Luciana Kreutzer, porém, é interpretada por todos os outros personagens como mais uma marionete nas mãos das ONG'S internacionais.

Verifica-se aqui aquele velho discurso ruralista, os índios não decidem sozinhos as "invasões" de terras, tem que ter sempre alguma entidade por trás os influenciando.

A trama vai piorando cada vez mais, num posto de gasolina, os quatro personagens se deparam com um índio bêbado, que não tem voz, é caçado por todos, o paulista, interpretado pelo ator e produtor cultural Vítor Samudio, resolve defendê-lo e o leva até a entrada da aldeia.

Só que depois que deixa o indígena na rodovia, demonstra a sua verdadeira face: apoia os ruralistas, e conclui que o conflito de terras no país só será resolvido com muito derramamento de sangue.

No final da exibição do filme, vários ativistas do Coletivo Terra Vermelha, gritaram em repúdio ao discurso do média metragem : "Viva os Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul, Viva Marçal de Souza, Viva Nísio Gomes, Viva Oziel !!, A impunidade é mais dolorosa que a morte!!".

Na saída, ergueram cartazes, prestaram esclarecimentos ao público sobre a questão indígena e vaiaram o diretor. Uma das ativistas, Regina Martins, declarou: "Eu achei que o filme, ao contrário do que o diretor afirmou, não tem neutralidade, aparentemente faz uma crítica sobre

CONT.



a posição dos fazendeiros, mas é falsa. Na verdade, é um filme racista, preconceituoso, que reforça estereótipos negativos, que já existem a respeito do comportamento dos povos indígenas, estereótipos criados e gerados pelos próprios dominadores. O filme coloca os índios como invasores, das terras que pertencem aos brancos, terras centenárias, nós sabemos que isso não é verdade, a palavra certa a ser usada é retomada, os povos indígenas hoje buscam pela retomada das suas terras originárias, uma pequena parcela das suas terras originárias. O filme também mostra racismo contra outros povos, povos vizinhos, irmãos, como bolivianos, paraguaios, contra negros, haitianos, enquanto que o povo sul mato-grossense sabe que somos uma junção de todas essas culturas. O extermínio de todos os povos indígenas de Mato Grosso do Sul é o extermínio da nossa cultura. Foi um filme que me entristeceu, só serviu para reforçar os sentimentos negativos que já existem dos não-índios em relação aos povos indígenas, outra coisa, o filme é mentiroso, quando divulga números irreais, não só mentiroso, como também criminoso. Hoje os olhos do mundo reconhecem que o Mato Grosso do Sul fere todos os direitos humanos em relação aos povos indígenas. E quando o Governo do Estado, através da Fundação de Cultura, banca esse tipo de filme, também está ajudando proliferar esse discurso, está patrocinando o genocídio, e deve responder por isso”.

O diretor Reynaldo Paes de Barros, só saiu do MARCO com a chegada da Polícia Militar, apontou o dedo para o artesão e ator, Jorge de Barros, que também faz parte do Coletivo Terra Vermelha, e aos berros disse: “ Eu sou livre para filmar o que quiser, vocês não compreenderam o meu filme”.

Posteriormente, falou que ia dispensar a polícia e agradeceu as vaias.

Os membros do Coletivo Terra Vermelha afirmaram que vão acionar o Ministério Público Federal, denunciando o teor do filme, considerado racista.

O Coletivo Terra Vermelha é uma entidade horizontal, autônoma, independente e apartidária, sem personalidade jurídica, que surgiu em 2012, em Campo Grande, é formada por vários segmentos da sociedade civil, estudantes, advogados, jornalistas, artistas e professores.

Tem como eixo principal a defesa intransigente da luta pela terra e pelos direitos dos povos indígenas, nessa esfera, apoia a demarcação das terras indígenas e a luta e organização dos povos indígenas.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Priscila Anzoategui.



México: Povo de Chiapas acusa Estado de proteger paramilitares e pede indenização por danos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.08.2014

Marcela Belchior – Adital

Comunidades indígenas e camponesas do norte do Estado de Chiapas, no México, denunciam que o Estado mexicano continua protegendo a atuação de grupos paramilitares na região. No último dia 18 de julho, na localidade de El Limonar, município de Ocosingo, durante pré-audiência do Tribunal Permanente dos Povos (TPP), eles teriam testemunhado casos de execução extrajudicial, expulsão das comunidades, sequestros, além de desaparecimento e desalojamento forçados de moradores.

Familiares de vítimas da guerra estatal contrainsurgente, por meio de grupos paramilitares, como o “Desenvolvimento, Paz e Justiça”, reiteram a busca por justiça, exigem a apresentação das pessoas desaparecidas e reforçam a responsabilidade do Estado do México nos casos. “As autoridades não têm feito nada a esse respeito. (...) O governo segue protegendo os paramilitares”, afirmaram os chiapanecos perante o TPP, tribunal ético internacional de caráter não governamental, que examina as causas de violações dos direitos fundamentais dos povos, denunciando casos à opinião pública mundial.

Eles apontam que várias comunidades da região têm sido atingidas, dentre elas Miguel Alemán, El Limonar, Nuevo Limonar, Usipá, Cruz Palenque, Masojá Shucjá, Jolnishtié, Huanal, Corozil e Cerro Misopa. Segundo eles, muitos de seus integrantes já foram torturados e encarcerados, sendo libertados pela força da organização popular local, com ajuda do Centro de Direitos Humanos Fray Bartolomé de las Casas, organização não governamental que atua na zona.

A população requer indenização pela perda da colheita da comunidade, provocada pelo conflito armado local. “Perdemos nosso milho, nosso feijão, muitos dos que têm gado foram roubados. É por isso que exigimos a indenização que nos pague o governo porque foi o mesmo governo quem usou nossos irmãos choles [etnia indígena na região, alguns deles envolvidos com o Exército Zapatista de Libertação Nacional - EZLN] para nos matar. Exigimos castigo aos autores intelectuais, aos que manipularam nossos companheiros indígenas também”, apontam.

Uma moradora da comunidade Masojá Shucjá, onde o problema é mais grave, afirma que não se pode entrar nem sair do local, rodeado por todos os lados de paramilitares. “Não nos deixam ir”, relatou, durante a pré-audiência. Domingo Tórres, integrante da mesma comunidade, conta que sua irmã, chamada Minerva Pérez, foi sequestrada e segue desaparecida desde 1996. “Por essa luta que fazemos, solicitamos, exigimos o paradeiro, o corpo. As autoridades não têm feito nada sobre esse assunto”, afirma.

Entenda o conflito

CONT.



Rebeliões, revoluções e outras insurgências políticas na América Latina nos últimos 60 anos têm sido baseadas em estratégias de guerra de guerrilhas por motivos econômicos, políticos e sociais. No Estado de Chiapas, extremo sul do México e fronteira com a Guatemala, o conflito armado encampado pelo Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN) foi iniciado em 1994, declarando guerra ao Estado mexicano e ao Exército do país. Exigia-se trabalho, saúde, moradia, educação, terra, democracia, justiça e dignidade.

Um ano depois, o governo federal respondeu com uma guerra contrainsurgente para combater a organização armada anarco-sindicalista, composta por maioria indígena. Um dos meios para isso foi a formação de grupos paramilitares, organizações ilegais que se utilizam de violência e terror para debilitar e eliminar a oposição armada.

Esses grupos são recrutados e apoiados pelo Estado, com recursos econômicos e militares, treinamento, proteção e impunidade. Sua motivação são promessas do governo de recursos econômicos, muitas vezes disfarçados em programas de benefício às comunidades. É o caso do grupo "Desenvolvimento, Paz e Justiça", criado em 1996, que tem sido beneficiado com recursos para supostos projetos produtivos, em troca de perseguir zapatistas e desestabilizar comunidades próximas.



Centenas de pessoas denunciam os impactos dos megaprojetos no ES

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.08.2014

Da Página do MST

Entre os dias 10 a 16 de agosto, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) realizou seu 7º Congresso Brasileiro de Geografia (CBG) na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no Campus de Vitória.

O Congresso, que teve como tema central "A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos", foi marcado por intensas discussões sobre o próprio ensino de Geografia, debates sobre a Questão Urbana e Agrária, povos indígenas, gênero, Estado e políticas públicas, meio ambiente, dentre outros.

Mais de 1.200 trabalhos foram apresentados nos Espaços de Diálogos, voltado à construção de saberes coletivos e reflexões sobre os dilemas sociais e os desafios da Geografia nesse momento histórico.

O Congresso propõe definir os rumos da AGB para os próximos 10 anos, onde foi ressaltado o compromisso e o papel da geografia frente às contradições do desenvolvimento capitalista e os impactos causados sobre os povos indígenas, quilombolas, camponeses e os trabalhadores em geral.

Diante destas questões, foi destacado a importância da "AGB estar nas ruas" e de construir uma "geografia em movimento e dentro do movimento social", relação fundamental para todas as áreas do conhecimento comprometido com as contradições sociais.

Nas ruas

Na quinta-feira (14), os participantes do 7º Congresso, junto ao MST, Levante Popular da Juventude e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), realizaram um ato que reuniu mais de 700 militantes e congressistas, ao saírem da sede da UFES e marcharem pela Avenida Nossa Senhora da Penha.

Ao longo da marcha, os participantes realizaram intervenções em frente à rede multinacional de supermercados WalMart, à Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) e à sede da Petrobrás. Além de faixas e cartazes, foram entoados várias palavras de ordem em denúncia da ação dessas empresas.

Nas três paradas foram realizadas aulas públicas com o objetivo de dialogar com a sociedade capixaba os impactos dos projetos hegemônicos das grandes empresas sobre a população brasileira.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 144 / 2014

Brasília, 19 de agosto de 2014.

As falas dos movimentos sociais do campo em frente ao WalMart refletiram a utilização dos agrotóxicos na produção dos alimentos, que acaba contaminando a comida de toda a população.

Também denunciaram a padronização da alimentação e o monopólio das grandes redes de supermercados, que acumulam grandes lucros e concentram o comércio mundial de alimentos.

Em contrapartida, os movimentos colocaram a necessidade da realização da Reforma Agrária Popular para a produção de alimentos sem agrotóxicos, sob o viés da agroecologia, e oferecendo ao povo alimento barato e de boa qualidade.

Na aula pública em frente a FINDES, refletiu-se sobre os grandes projetos do Capital no Espírito Santo, como os portos, a expansão da produção de eucalipto e a concentração e estrangeirização das terras no estado.

O ato encerrou em frente ao prédio da Petrobrás, quando os Movimentos de Pescadores e Ribeirinhos, o Levante Popular da Juventude e os Povos Indígenas do estado denunciaram a atuação desta empresa, que nos últimos anos têm desestruturado comunidades locais.



Aécio defende inclusão de Estados na demarcação de áreas indígenas

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 19.08.2014

O candidato a presidente Aécio Neves defendeu, nesta terça-feira (19), a inclusão dos Estados em decisões relativas a demarcação de terras indígenas. A medida é polêmica, uma vez que conta com o apoio de produtores rurais, mas enfrenta resistência de indígenas e organizações a eles vinculadas.

Logo após desembarcar em Dourados, durante entrevista coletiva, o candidato tucano defendeu que, em casos de “conflito iminente”, as terras sejam realizadas desapropriações.

“Temos que buscar a paz no campo, que não será alcançada com a omissão do Governo Federal. Ter responsabilidade de avançar na direção da desapropriação de terras ocupadas por fazendeiros ou produtores rurais e acho, inclusive, que os Estados possam participar na definição das áreas [a serem demarcadas]”, defendeu Aécio Neves.

Quanto a participação dos Estados, seria necessário que a Constituição também os incluísse na tomada de decisão, uma vez que a responsabilidade pela demarcação recai sobre a União que indeniza os produtores apenas por benfeitorias e não pela terra nua.

Além da Funai (Fundação Nacional do Índio), o candidato tucano pontuou ainda que a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) seja incluída na realização dos estudos para demarcações, além de ressaltar a importância da produção agrícola na economia do país.

“Quero hoje reiterar meu compromisso de fazer um governo parceiro do agronegócio. O Brasil hoje deve aos homens do campo, da agricultura e pecuária, o crescimento que vem tendo. Não fosse esse esforço nós estaríamos crescendo negativamente e o Brasil, infelizmente, não apreendeu até agora a necessidade da segurança jurídica para quem produz no campo”, frisou.

Em Mato Grosso do Sul, produtores rurais lutam na Justiça para impedir a criação de 39 novas áreas indígenas em 26 municípios. A medida consta de termo de ajustamento de conduta firmado entre a Funai e o Ministério Público Federal.

(Colaborou Flávio Verão, de Dourados)



Indígenas desocupam fazenda em Terra Roxa

SÍTIO BAND NEWS FM/CURITIBA, 19.08.2014

Um grupo de índios guaranis desocupou nesta segunda-feira (18) à noite, a fazenda, entre Guaíra e Terra Roxa, na região Oeste do Paraná, que foi invadida no início da tarde. A Polícia Federal convenceu os cerca de 50 indígenas a saírem da fazenda depois da ameaça de agricultores que se reuniram para expulsar os índios. Segundo a PF, a fazenda faz parte de uma área de negociação desde 2013.

Em junho deste ano, o Ministério Público Federal instaurou 45 procedimentos administrativos e começou uma investigação criminal na região. Além disso, dez inquéritos policiais estão em andamento para apurar problemas enfrentados pelos indígenas. Segundo o Ministério Público, durante as visitas de promotores em junho, foram constatadas diversas situações de desrespeito às mínimas condições de vida dos integrantes da comunidade indígena da etnia guarani. Em muitas aldeias, segundo o MPF, a única fonte de água disponível para beber vem de mananciais impróprios para o consumo humano – muitas vezes contaminados por agrotóxicos e fertilizantes. Entre as 13 aldeias visitadas, apenas três tem fornecimento de água potável aos moradores. Entre outros problemas, está a falta de acesso à educação na língua guarani.

Apenas em uma das aldeias foi construída uma escola. Por causa do clima hostil instalado na região, a convivência entre as crianças em escolas comuns, com índios e não índios, tem ocasionado episódios de racismo e intolerância, com relatos de agressões psicológicas por parte de alguns colegas de turma não-indígenas, que os acusam de querer “tomar” a cidade. Ontem, durante a ocupação, cerca de 200 agricultores chegaram a destruir os barracos que foram montados pelos indígenas. A Polícia Federal conseguiu conter o conflito e os índios desocuparam a fazenda. Os fazendeiros e agricultores ainda estão na área para impedir a volta dos índios.



Ato de apoio à população indígena do Morro dos Cavalos
SÍTIO DESACATO, 19.08.2014



Por Eunice, Cacica da TI Morro dos Cavalos.

O jornal da RBS, Diário Catarinense fortaleceu na última semana uma campanha sistemática que vem realizado há anos contra o povo que vive no Morro dos Cavalos.

Atendendo a interesse de especuladores, que não aceitam a demarcação das terras indígenas no estado, voltou a bater na mesma tecla de que as famílias que vivem na tekoá itaty, são do Paraguai e que foram usadas por ONGs para "criar" uma legalidade para o uso da terra.

Ora quem conhece a RBS sabe que essa não é uma empresa confiável. Uma rápida investigada nas fontes usadas para reportagem já mostra que o tema não é tratado com seriedade.

O antropólogo que "acusa" os indígenas sequer é reconhecido por seus pares. O que ele faz junto com a RBS, é incentivar o ódio e o racismo num espaço que há muito tempo tem sido objeto de batalha entre os que são verdadeiros dono da terra, e os que ocuparam os terrenos desde longos anos. Tudo isso por interesse econômico nas terras.

Hoje estamos aqui, o povo guarani, para dialogar com você. Nossa gente vive nesse território desde os tempos imemoriais, bem antes da chegada dos portugueses e espanhóis. Durante a invasão, fomos caçados, assassinados, escravizados.

Para nós, não existe fronteira, que foram criadas pelos brancos. Daí essa incompreensão- ou maldade da RBS – em dizer que somos estrangeiros. Nós somos Guarani aqui no Paraguai, na Bolívia e em qualquer lugar do nosso território, essa terra é nossa. Estrangeiro é quem invadiu. Queremos viver em paz.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 144 / 2014

Brasília, 19 de agosto de 2014.

A demarcação desse pequeno espaço de terra é o mínimo que o estado faz para garantir nossos direitos , negados a mais de 500 anos. Somos um povo autônomo, que decidimos nossa vida dentro da nossa cultura. Não somos manipulados por ninguém. Dizer isso é nos desqualificar. Não aceitamos mais isso.

Temos amigos e parceiros como todos os grupos étnicos. Mas decidimos nosso caminho. Já conquistamos com muita vencendo preconceitos, essa terra é nossa.

Pedimos agora seu apoio. Não se deixe envolver pela campanha de ódio e racismo da RBS. Não nos veja como invasores. Busque conhecer nossa história e nosso costumes. Respeite nosso jeito de ser assim como respeitamos o seu. Morro dos Cavalos é guarani. A história também mostra. Os que nos agridem querem usar nossa terra como mercadoria e ganhar dinheiro. Nossa relação com a Terra e sagrada é nosso templo nossa morada.

Apóie a causa guarani:

Apóie a demarcação das terras indígenas:

Diga não ao racismo:

Diga sim a vida dos povos indígenas de Santa Catarina:

Contamos com você!!!



Índios guarani ameaçam jornalista no oeste do Paraná

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 19.08.2014

A equipe de reportagem do portal O Paraná da qual fazia parte a jornalista Crislaine Güetter recebeu ameaças ao tentar ouvir um grupo de índios guarani na tarde de ontem (18). O índios haviam invadido a fazenda São Paulo, no município de Terra Roxa, pertencente ao produtor Rosalino Weber, de 82 anos na madrugada de segunda-feira.

Mais 300 produtores rurais se uniram em solidariedade ao Sr. Weber, um pioneiro da região oeste o Paraná, e pressionaram a saída dos índios. A situação ficou tensa durante toda a tarde de ontem e só se acalmou com a chegada de um grupo de polícias federais que passou a intermediar as negociações entre produtores e índios.

O delegado federal Marco Smith, informou que a ação dos índios representou a quebra de um acordo firmado entre a Funai, o Ministério Público e os próprios indígenas, em que não haveria novas invasões enquanto os estudos da Funai (Fundação Nacional do Índio) sobre a demarcação não fossem concluídos.

Sob pressão constante dos produtores rurais os índios deixaram a propriedade invadida no início da noite de ontem e foram escoltados pela Polícia Federal até uma outra propriedade oferecida a eles em Terra Roxa. Uma espingarda foi encontrada em poder dos índios e apreendida pela PF. Nenhum funcionário da Funai foi encontrado para auxiliar na negociação com os indígenas.

Uma equipe de reportagem do portal O Paraná tentou falar com os índios que se recusaram comentar o caso e ameaçaram com paus e flechas o repórter fotográfico Aílton Santos, autor desta foto que ilustra o post.

A ação no Paraná é um exemplo de como devem agir os produtores rurais. Unidos, forte e sem violência o grupo que se solidarizou com o Sr. Rosalino Weber forçou a ação do Estado, através da Polícia Federal, a evitar mais uma invasão de propriedade.

Se os índios tivessem logrado montar o acampamento, Seu Rosalino teria que contratar e pagar um advogado para tentar na justiça uma ordem de reintegração de posse e ainda assim sem garantia de cumprimento. Mesmo quando os produtores rurais conseguem esses mandados, ou o Governo se recusa a cumprir o que manda a lei, o Supremo Tribunal Federal derruba a ordem.

Os produtores rurais no Brasil não têm como recorrer à Justiça. Então cabe evitar novas invasões no corpo a corpo.

O importante nesses casos é evitar a qualquer custo a violência.

Parabéns aos produtores do Paraná.



Camposinos e quilombolas ocupam sede do Incra pelo cumprimento de compromissos
SÍTIO ADITAL, 19.08.2014

Marcela Belchior
Adital

Trabalhadoras e trabalhadores rurais e povos remanescentes de quilombos ocuparam na manhã desta segunda-feira, 18 de agosto, a sede do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Estado de Tocantins, na cidade de Araguaína, região norte do Brasil. Apoiados pela Articulação Camponesa do Tocantins, eles cobram o cumprimento das promessas feitas pelo órgão em audiências públicas com o setor desde o ano de 2011 até o momento e dizem não haver previsão de data para deixarem o local.

A mobilização representa as comunidades de 16 acampamentos de Araguaína, Augustinópolis, Babaçulândia, Bandeirantes, Barra do Ouro, Campos Lindos, Goiatins e Palmeirante, todas localizadas no Estado. O grupo aponta "inoperância" e "omissão" dos órgãos públicos na área tanto no âmbito federal quanto estadual.

"Depois de cinco audiências públicas realizadas entre 2011 e 2014, nas quais diversos compromissos que garantiriam agilidade nos processos de vistorias e demarcação de nossas terras e territórios foram assumidos e não cumpridos pelo Incra, a Articulação Camponesa decidiu, em forma de protesto, ocupar a sede do órgão em Araguaína com a presença de aproximadamente 400 mulheres, homens, jovens e crianças", justificam os trabalhadores, em nota publicada no dia da ocupação.

O grupo diz considerar que a ausência de políticas públicas que possibilitem o acesso à terra, a inoperância e má gestão do poder público e a interferência política partidária agravam os conflitos que enfrenta. Aponta que, em 2013, sofreram um aumento de 61% nos conflitos por terra, com 3.682 famílias envolvidas. Em 2012, esse número teria sido de 1.536 famílias.

Argumenta também que um atrelamento do governo federal aos grandes projetos vinculados ao agronegócio priorizaria a política agrícola de monocultura em detrimento das famílias camponesas, que ainda resistem na luta pela posse de terra. O grupo aponta que ordens judiciais de reintegração de posse e liminares de despejo são emitidas sem a realização de audiências de justificação prévia ou com cerceamento do direito de defesa das famílias.

"Mesmo ciente da gravidade dos conflitos agrários existentes que geram violência, ameaças e expulsões, o Incra dificulta a liberação de diárias para a rápida atuação da equipe da Delegacia Estadual de Repressão a Conflitos Agrários", observa o grupo.

Exigências da ocupação

Os trabalhadores e quilombolas exigem que os órgãos coloquem, finalmente, em prática, todos
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 144 / 2014

Brasília, 19 de agosto de 2014.

os compromissos assumidos; que a Defensoria Pública Geral do Tocantins disponibilize pelo menos mais dois defensores para atuarem na questão agrária; e que seja ampliado o número de agentes da equipe da Delegacia Estadual de Repressão a Conflitos Agrários no Estado.

A ocupação requer também que o Tribunal de Justiça do Estado crie Varas Agrárias em regiões de maiores conflitos pela posse da terra; que o Poder Judiciário seja mais sensível às questões que envolvam os conflitos agrários; e que os atuais candidatos nas Eleições 2014 agreguem em seus programas de governo compromissos concretos relacionados à política agrícola, agrária e fundiária.

* Com informações da Comissão Pastoral da Terra (CPT).



Eldorado sediará feira de troca de sementes quilombolas

SÍTIO PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ELDORADO, 19.08.2014

Neste fim de semana, Eldorado sediará a sétima edição da Feira de Troca de Sementes e Mudanças Tradicionais dos quilombos do Vale do Ribeira, um encontro anual e que faz parte do calendário da região. Durante o evento, que será realizado nos dias 22 e 23, acontecerá, paralelamente, a Feira de Sementes Crioulas do Estado de São Paulo.

Resultado de um esforço coletivo das associações quilombolas e seus parceiros, o objetivo da feira é fortalecer as roças tradicionais, enfatizando a importância do sistema agrícola quilombola para a soberania alimentar, sua cultura e a geração de renda complementar. Realizada desde 2008, a feira é organizada pelo GT Roça, grupo que reúne as associações quilombolas, o Instituto Socioambiental, Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), a Eaacone (Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira) e a Fundação Florestal.

Este ano, as atividades tem início com o seminário "Sementes: soberania alimentar, cultura e geração de renda" que adotará o formato de oficinas temáticas visando ampliar os temas de discussão entre os participantes e apontar encaminhamentos direcionados à melhoria das políticas públicas que abrangem o tema de sementes e alimentos da agricultura tradicional.

Os temas vão desde a diversidade alimentar das comunidades quilombolas, com sua rica gastronomia, passando pela soberania na produção e armazenamento de suas sementes tradicionais, o dilema da permanência e a geração de renda para o jovem no campo até as oportunidades e desafios das políticas públicas de comercialização de alimentos, sementes e mudas.

No dia 23, acontecerá a feira na Praça Nossa Senhora da Guia de Eldorado/SP, que contará com a participação de cerca de 20 comunidades quilombolas do Vale, além de outros agricultores familiares e produtores agroecológicos do Estado de São Paulo, já que paralelamente à feira de sementes e mudas, ocorrerá também a Feira Estadual de Sementes Crioulas do Estado de São Paulo. Os agricultores terão produtos para troca e para venda. Durante o evento haverá apresentações da cultura tradicional quilombola, como danças, cantorias e capoeira.

Haverá um almoço tradicional com produtos das roças quilombolas que será servido aos participantes convidados. Os interessados também poderão pagar e participar do almoço. O cardápio inclui alimentos como arroz pilado, feijão, farinha de mandioca, verduras sem agrotóxicos, cará, mandioca e carne de porco.

Confira abaixo a programação do seminário e da feira:

Programação Seminário "Sementes: soberania alimentar, cultura e geração de renda"

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 144 / 2014

Brasília, 19 de agosto de 2014.

22 de agosto de 2014 - 9h às 18h

Local: Salão Paroquial de Eldorado

7h30 às 8h45 - Café da manhã: Salão Paroquial de Eldorado

8h às 9h - Recepção e Inscrição: Salão Paroquial de Eldorado

9h às 9h30 - Abertura

9h30 às 12h – Oficinas ou Rodas de discussões temáticas

Oficina 1 – Gastronomia Quilombola

Oficina 2- Armazenamento das sementes e o papel dos guardiões

Oficina 3- Juventude e agricultura

Oficina 4- Políticas públicas de aquisição de sementes, mudas e alimentos.

12h15 às 13h45-Almoço

14h às 16h – Apresentação dos resultados das conversas nas oficinas/rodas temáticas e debate em plenária

16hs – intervalo café

16h30 – 18h00 – Encerramento da plenária com Rodada de avaliação e Encaminhamentos

19h às 21h - Atividades Culturais

VII Feira de Troca de Sementes e Mudas Tradicionais dos Quilombos do Vale do Ribeira e V Feira Estadual de troca de Sementes

23 de agosto de 2014, das 8h às 13h horas.

Praça Nossa Senhora da Guia, em frente a Câmara Municipal. Centro - Eldorado-SP